

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 26 Conflitos Socioambientais

**Territórios para a pesca ou territórios para o capital? CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS ADVINDOS DA EXPANSÃO DA AQUICULTURA EMPRESARIAL
EM TERRITÓRIOS PESQUEIROS**

José Ignacio Vega Fernández

Doutorando no Programa de Pos-Graduação de Sociologia – PPGS, UFPE

Introdução

Nas últimas décadas vem acontecendo uma forte expansão da aquicultura empresarial, também conhecida como a “Revolução Azul”. Este termo é utilizado por instituições e empresários do setor aquícola, assim como em pesquisas acadêmicas para nomear um processo de transformação produtiva semelhante ao acontecido na agricultura com a denominada “Revolução Verde” nos anos de 1960. Em ambos os casos, trata-se do uso intensivo dos recursos por meio da utilização de espécies geneticamente modificadas, alimentadas com insumos industriais e higienizadas com pacotes de fitossanitários para atingir a produção em massa de produtos homogêneos, que se adaptam as novas exigências do mercado internacional de alimentos. Como frisado por Cavalcanti (1997, pág 7; 2012, pág. 13), no caso da fruticultura do vale do São Francisco. Tudo isso se soma ao uso da força de trabalho assalariada e a transformação de áreas antes comuns da pesca artesanal (manguezais e rios, por exemplo) e públicas em bens privados para a prática da aquicultura (cultivo de organismos aquáticos em cativeiro). Esta expansão tem gerados inúmeros conflitos socioambientais que envolvem as comunidades de pescadores por impactar negativamente nos lugares de reprodução da pesca artesanal, ou territórios pesqueiros, assim como as instituições setoriais que promovem a aquicultura, e o setor empresarial interessado na sua expansão.

Neste trabalho analisaremos os conflitos socioambientais decorrentes da expansão da aquicultura empresarial, a partir de três localidades que foram escolhidas como *lócus*. Duas destas estão localizadas no litoral Norte Pernambucano, concretamente no município de Goiana, a saber, a Praia de Carne de Vaca, situada na foz do rio Goiana, onde se realizam diversas formas de trabalho pesqueiro que refletem as diferenças entre os lugares onde se realiza o mesmo, estuário, manguezais, áreas cercanas à praia ou “mar de dentro”, e áreas mais afastadas da costa “mar de fora”. Também se catam caranguejos, aratus, guaiamuns e mariscos, estes últimos principalmente por marisqueiras; e a comunidade de Baldo do Rio, cujos trabalhadores (as) da pesca desenvolvem sua atividade nos estuários dos rios Goiana e Megaó, nos manguezais que os rodeiam, assim como no mar. Estas duas comunidades estão unidas pelo Rio Goiana, de forma que compartilham lugares de pesca, assim como sofrem os efeitos dos empreendimentos que impactam negativamente seus lugares de trabalho, e seu principal meio de produção os peixes. Ambas comunidades estão inseridas dentro da Reserva Extrativista Marinha Acaú-Goiana, gerenciada pelo ICMbio, de forma que existem várias questões comuns entre estas duas atividades. A terceira comunidade é a de Caraíba Seca também conhecida como Ilha dos pescadores, que se localiza no município de

Petrolândia no sertão do São Francisco, PE, distante cerca de 500 km da capital (Recife). A pesca artesanal nesta comunidade é praticada nas águas do rio São Francisco, represadas pelas barragens de Itaparica e Moxotó. Trata-se, aqui, de pesca continental, de forma que as pescarias realizadas nesta comunidade apresentam importantes diferenças com respeito às pescarias marítimas.

Ademais, além das questões já destacadas, Goiana é o município de maior produção pesqueira de Pernambuco (CEPENE-IBAMA, 2007; MPA, 2014) e Petrolândia, segundo informações do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), é um dos municípios do Sertão pernambucano que mais tem sido alvo das ações para desenvolvimento da aquicultura (criação de tilápias) e que sentem, historicamente, os impactos decorrentes da já mencionada transposição. Por fim, é necessário ressaltar essas diferenças, visto que os lugares de trabalho, os pescados, a salinidade da água, as técnicas, a navegação, e em definitiva as formas de se desenvolver o trabalho pesqueiro são diferentes entre a pesca marítima e a continental. Precisamente essas distinções, contribuíram para que optássemos pela escolha das já destacadas comunidades, já que podemos ver os impactos das ações do Estado em lugares diferentes com formas de pesca também diferentes. Neste trabalho compreendemos a pesca artesanal como um trabalho e um modo de vida realizado por pescadoras e pescadores, que num processo relacional, histórico, dinâmico e contraditório, vem se configurando, a partir das estratégias de produção e reprodução social e de dinâmicas e mediações mais abrangentes, próprias da totalidade social em que vivem. O foco deste trabalho dirige-se para a análise de algumas das dinâmicas e mediações mais abrangentes com as quais o trabalho da pesca artesanal mantém certa interdependência, na medida em que afeta e condiciona as possibilidades e as formas da reprodução social do mesmo. Por isso, a expansão da aquicultura empresarial promovida pela Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura faz-se valiosa, já que a mesma tornou-se elemento significativo no conjunto dessas dinâmicas, que afetam o trabalho pesqueiro artesanal por estabelecer os marcos que visam o ordenamento, a regulação e o controle da pesca da aquicultura no Brasil.

Procedimentos metodológicos

Tomamos como recorte temporal o período compreendido entre os anos 2003-2013 e como recorte espacial as três comunidades citadas do Estado de Pernambuco. Para a análise macro da pesquisa, consideramos importante atender as diferentes escalas internacional, nacional e estadual, assim como os distintos sujeitos e mediações sociais implicados na construção histórica desta política. Partimos da premissa de que existe uma

escala transnacional como cenário relevante para a ação dos Estados e para a configuração das políticas nacionais, sustentada sobre as transformações do Capitalismo. Por exemplo, Joan Martinez Alier (2007) mostrou que o cultivo de camarão em fazendas marinhas e seu crescimento exponencial, que ocorreu em países latino-americanos e no Sul e Sudeste asiáticos nas últimas duas décadas, possuem íntima relação com os interesses de produção e, principalmente, de consumo das nações de capitalismo avançado. Todavia, cabe frisar que essa vinculação subordinada não é algo novo, visto que foi constatada também no processo de industrialização da pesca no Brasil, por meio da atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), de 1962 a 1989, segundo Antônio Carlos Diegues (1983). Contudo, os Estados não deixaram de ser componentes sociopolíticos fundamentais do sistema capitalista, na medida em que cumprem um papel central, na organização dos circuitos socioeconômicos necessários para a expansão e acumulação capitalista, assim como na configuração dos cenários de ação política por parte de diferentes sujeitos e na elaboração de políticas e projetos de desenvolvimento que visam a reprodução ampliada do capital. (Harvey, 2005; Ianni, 2004; Meszáros, 2002; Wood, 2006). Assim analisaremos o lugar que ocupa o estado de Pernambuco na *divisão territorial proposta nos Territórios da Pesca e da Aquicultura, no Plano Mais Pesca e Aquicultura elaborados pela extinta SEAP (2008)*, assim como no *plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013 elaborada pelo extinto Ministério da Pesca e da Aquicultura- MPA*.

A análise micro foi realizada por meio das entrevistas semi-estruturadas, da análise documental e da observação direta. Com estes procedimentos, almeja-se incluir na pesquisa a visão dos pescadores e pescadoras artesanais, sobre os antagonismos e conflitos gerados pela política nacional de desenvolvimento da pesca e aquicultura. Optamos começar pelos pescadores (as), como forma de aproximar-nos do problema de pesquisa, assim como do universo da pesca artesanal, isto é, ouvimos os próprios pescadores das comunidades estudadas. Além deles, escolhemos os movimentos de ação coletiva dos pescadores (as) como sujeitos indispensáveis e relevantes na hora de estruturar nossa pesquisa e nosso trabalho de campo. Na escolha das comunidades, além das questões mencionadas anteriormente no resumo, priorizamos outros dois elementos: o primeiro, que as localidades tivessem algum empreendimento aquícola, ao menos em seu entorno; e o segundo, que fossem comunidades com formas de pesca diferentes. Pretendemos com isso refletir parte da diversidade existente, tanto nas formas de pesca quanto nos impactos das diferentes formas de aquicultura. Por isso, deu-se a escolha dos núcleos de pesca de Carne de Vaca e Baldo do Rio, em Goiana, e de

Caraíba Seca, em Petrolândia, também conhecida como Ilha dos Pescadores, todos estes pertencentes ao estado de Pernambuco.

Controvérsias entre o discurso do desenvolvimento sustentável e o plano estratégico de expansão da aquicultura empresarial

Na divisão territorial proposta nos *Territórios da Pesca e da Aquicultura*, no *Plano Mais Pesca e Aquicultura* elaborados pela extinta SEAP (2008), assim como no plano *Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014*, realizado pelo MPA, o Nordeste, de forma geral, e, concretamente, o estado de Pernambuco ocupam um lugar estratégico e prioritário para a expansão da produção aquícola. A retórica destes planos associa a exploração do potencial aquícola do Nordeste, e a conseqüente expansão aquícola com a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza.

Regiões com grande potencial para a aquicultura, como as do Norte e Nordeste, terão recursos para desenvolver seu potencial. Assim será possível reduzir as desigualdades sociais e erradicar a pobreza em muitas famílias (Plano Safra Pesca e Aquicultura – MPA, 2012/2013/2014, pag.8.)

O mito do desenvolvimento, pelo qual a partir do crescimento econômico e a difusão tecnológica se pode erradicar a pobreza e o atraso ao mesmo tempo em que se mantém intacta a estrutura de classes, parece ser um dos pilares deste projeto aquícola. Embora o discurso do MPA e de outras instituições e setores empresariais interessados na aquicultura, principalmente a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), apresentem a mesma de forma triunfalista, os últimos vinte anos de história dos principais empreendimentos em aquicultura no Nordeste servem de registro na hora de questionar este discurso benevolente. Nos anos noventa a carcinicultura se consolidou como um lobby centrado na produção em grande escala para o mercado internacional. Isto se deu sob a base do desmatamento de manguezais, apicuns e salgados, nos quais se instauraram as grandes fazendas de camarão. Segundo Ramalho (2012, pág.17), nos anos 1990:

[...] um novo e poderoso sujeito social entra em cena: os fazendeiros de camarão. Sustentando-se em largo apoio financeiro do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), contando com a liberação - por parte das companhias de fiscalização estadual do meio ambiente - para privatizarem áreas antes de uso comum (os manguezais) sem qualquer estudo de impacto ambiental, tendo forte apoio científico por meio das universidades, através de inúmeras consultorias prestadas por seu quadro docente, e vivendo sob a sombra do apogeu neoliberal, a carcinicultura expandiu-se fortemente nas regiões costeiras nordestinas, ocupando e impactando negativamente – com o desmatamento inclusive - os mangues e estuários dessas localidades. Em 2010, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), o cultivo de camarão ocupava uma área de 18.500 em regiões estuarinas e de manguezais, tendo um crescimento gigantesco de 1997 (3.458 ha) a 2006 (17.000 ha), quadruplicando seus hectares.

Vemos como uma vez mais várias instituições (financeiras, ambientais e científicas)

articularam-se e somaram esforços com e para esse setor empresarial emergente, contribuindo para a rápida expansão da carcinicultura no Nordeste. Os pescadores e pescadoras artesanais também conhecem bem os efeitos negativos do que eles consideram como um desastre ambiental, relatando alguns dos seus efeitos sobre as espécies nativas e sobre seus lugares de reprodução da vida, depois veremos alguns depoimentos obtidos no trabalho de campo que relatam esta situação. Os referidos empreendimentos têm contribuído mais na direção da privatização, mercantilização e degradação dos manguezais, onde é praticada a pesca artesanal de forma comunitária há séculos. Os grandes lucros que empreendimentos geram, em curto prazo, se concentram numa pequena parcela do setor empresarial. Estes obtêm substanciais margens de benefícios logradas a partir dos incentivos fiscais dos apoios institucionais para a exploração privada dos manguezais, assim como do trabalho não pago aos pescadores e outros trabalhadores, os quais têm sido utilizados pela indústria camaroneira como mão de obra barata e exército de reserva disponível, para a despesca e o beneficiamento das fazendas de camarão. Para além da retórica benevolente, sobre o valor, e a função social da aquicultura no nordeste, que aparece nos planos e programas do MPA e da extinta SEAP, o conteúdo ideológico desta proposta e suas materializações concretas se correspondem, bem com as tendências marcadas pela mercantilização internacional dos pescados, e pelo aumento da concorrência entre os países e empresas transnacionais produtoras de pescado. Tais tendências estão estreitamente relacionadas com as mudanças na produção e no consumo que vem acontecendo durante as últimas décadas, a partir do devastador sucesso do modelo pós-fordista de acumulação flexível. Segundo Ramalho (2013, pág. 2):

A ideologia aquícola é um sólido projeto societário e parte de um movimento historicamente determinado do capitalismo global, de feição totalizante, que se espalhou por vários países e que conseguiu transformar fundamentalmente organismos aquáticos em mercadorias a serem comercializadas no planeta, conectando poderosos centros consumidores (EUA, UE, Japão) às regiões produtoras de países em desenvolvimento (Brasil, Chile, Índia). Grandes empresas (algumas transnacionais) e estruturas poderosas de mercado e produtivas oferecem suportes necessários ao desenvolvimento do setor no mundo (pesquisa, planejamento, equipamentos tecnológicos, rações, máquinas, insumos químicos, transportes, antibióticos, mão de obra especializada, design, propaganda, etc.), objetivando grandes lucros e formando o que se pode classificar de um mercado globalizado de alimentos pesqueiros, uma espécie de aguabusiness, por meio de um processo pós-fordista de produção e consumo (acumulação flexível) e sua renovada divisão social do trabalho.

De fato, tudo isso tem a ver com os elementos que compõem a já destacada revolução azul. Dessa maneira, concluímos que o lugar que ocupa o Nordeste e

concretamente Pernambuco na divisão territorial proposta pelo MPA, mais do que atender aos objetivos apresentados ao menos no plano discursivo nos Territórios *da Pesca e da Aquicultura* e no *Plano Mais Pesca e Aquicultura* de redução da desigualdade e de eliminação da pobreza, responde os interesses de setores empresariais que vem na crescente demanda do mercado nacional e internacional uma forma viável de obter grandes lucros a curto prazo. Se a isto somamos a possibilidade de obter, ajuda, colaboração e financiamento de instituições públicas, podemos explicarmos o explosivo crescimento da aquicultura no Brasil nos últimos anos. Este tipo de estratégias, que se articula o setor privado e as instituições públicas, nos parecem evocar tempos do período desenvolvimentista da SUDEPE, evidentemente com resinificados devido às mudanças que imprime a acumulação flexível. Esta divisão territorial objetiva principalmente o crescimento econômico e o lucro e se contradiz com qualquer valorização que se possa fazer dos pescadores e pescadoras e suas contribuições a sociedade. Na realidade, os pescadores, mais uma vez, são vistos como fonte de atraso e como um obstáculo a superar para atingir o desenvolvimento, nos moldes modernos de produção e consumo de massa e no melhor dos casos são vistos, no máximo, como meros coadjuvantes dos projetos nacionais e, em algum sentido, civilizatórios da modernidade.

Os impactos da “revolução azul” nas comunidades pesqueiras

Os pescadores e pescadoras artesanais das comunidades onde realizamos a parte mais importante do nosso trabalho de campo relataram, a partir das suas experiências de vida, os principais elementos que vêm caracterizando as suas relações com as instituições públicas. São esses sujeitos que sofrem na própria pele as estratégias das ações políticas do Estado e seus efeitos mais diretos sobre os lugares em que reproduzem sua vida. Nas entrevistas realizadas com os pescadores e pescadoras nas suas comunidades, colocamos o foco tanto na visão, quanto na relação que têm das principais políticas do MPA. Isto nos levou irremediavelmente a falar sobre a promoção e priorização praticamente e exclusivamente da aquicultura pelo MPA, assim como do seu principal efeito: a expansão da aquicultura nas comunidades pesqueiras.

Os pescadores e a aquicultura no litoral Norte de Pernambuco: As comunidades de Baldo do Rio e Carne de Vaca

A comunidade de Baldo do Rio localiza-se na cidade de Goiana, próxima ao centro, na margem do Rio que dá nome ao município ao qual pertence. Essa é uma comunidade ribeirinha, onde se encontra a colônia de pescadores de Baldo do Rio, Z – 14, fundada no 05/06/1955. As pescadoras e pescadores desenvolvem suas pescarias no estuário dos rios Goiana e Megaó, nos manguezais que rodeiam esses ambientes aquáticos, assim

como no mar aberto, utilizando-se de pequenas embarcações – canoas – e diferentes ferramentas de pesca, como o jereré, tarrafa, covos, mangote, redes de camboa e de caçoeira, assim como colheres para catar mariscos. Todos esses instrumentos de trabalho (embarcação e armadilhas de pescas) de são de feitura artesanais e ancestrais na localidade, como pudemos ver e identificar com base nos depoimentos dos(as) pescadores(as) locais.

Carne de Vaca é uma pequena comunidade situada à beira mar, também no município de Goiana, sendo a última praia do litoral norte de Pernambuco antes de se alcançar o estado da Paraíba. Na mesma existe uma associação de pescadores (as) artesanais chamada Associação de Apoio à Comunidade, A-28, que está ligada à Colônia de Pontas de Pedra, Goiana, PE. A sua localização privilegiada, em plena foz do rio Goiana, permite que se realizem pescarias tanto no estuário, quanto na área cercana à praia, ou seja, no “mar de dentro” e também no “mar de fora”, que é a área marítima mais afastada da costa. Os instrumentos de pesca utilizados são diversos, como redes de emalhe, redes de arrasto, mangote, mangotão, tainheira e sauneira. Também se catam caranguejos, aratus, goiamuns e mariscos. Estas últimas pescarias são efetivadas, principalmente, por marisqueiras, que realizam seu trabalho na foz do rio Goiana e nos seus bancos de areia e daqueles que ficam próximos às praias banhadas diretamente pelo Oceano Atlântico.

Os nexos entre estas duas comunidades: o Rio Goiana-PE, a Resex Acaú-Goiana e os conflitos com a carcinicultura empresarial. O rio Goiana é o principal fio condutor que une essas duas comunidades. Tanto os pescadores de Baldo do Rio, como os de Carne de Vaca, navegam pelas piscosas águas do estuário do Rio Goiana, rodeados de enormes manguezais, que tem uma enorme biodiversidade de fauna e flora. Os primeiros, descem desde Baldo do Rio para pescar no estuário e nos manguezais, podendo chegar até o mar aberto. Os segundos saem de Carne de Vaca para pescar no mar de dentro, no mar de fora ou bem remontam as águas do rio Goiana, subindo o rio para capturar os peixes que se encontram no estuário, assim como para realizar diversas artes de pesca nas áreas de mangue. Nessa imensa área, que serve de lugar-comum para a reprodução da vida dos pescadores (as) e dos pescados, encontra-se a Reserva Extrativista Acaú – Goiana, que ocupa área de 6.676,69 hectares, abrangendo os municípios de Pitimbu e Caaporã, do Estado da Paraíba, e o município de Goiana, em Pernambuco. Dessa forma, estas duas comunidades se encontram dentro de uma Reserva Extrativista, cuja administração é responsabilidade do Instituto Chico Mendes (ICMbio), uma autarquia em regime especial vinculada ao Ministério de Meio Ambiente - MMA. Dentro da área

delimitada pela Resex Acaú-Goiana há vários empreendimentos de carcinicultura, especialmente a enorme fazenda de carcinicultura situada no centro da área delimitada pela Resex, e que ocupa 560 hectares. Esta fazenda pertence à empresa Atlantis/Bramex do grupo Brasil Mercantil S/A. Os impactos do empreendimento são relatados por alguns dos pescadores entrevistados, das comunidades destacadas acima, como um “desastre ambiental”. A transcrição dos depoimentos (segue abaixo) mostra a percepção dos pescadores sobre os principais impactos dessa grande fazenda de carcinicultura:

Pescador 1: “Ali foi um desastre ambiental muito grande, é muito grande ali o que destruíram, cabe Goiana todinha ali”,

Pescador 2: “Eles soltam muito resíduo químico quando vão fazer a despesca do camarão, os calcário, os antibiótico, um monte de coisa ali.”

Pescador 3: “Os seguranças abordaram pescadores daqui que tavam pescando perto da fazenda, tinha segurança lá direto, abordaram a gente varias vezes, a gente não podia ficar perto (...) um dia o segurança gritou pra gente: desapareçam daí, se não meto bala agorinha em vocês”

Nos depoimentos é possível perceber relatos que abordam, principalmente, três questões relativas aos impactos da aludida fazenda de camarão. Primeiramente, o impacto causado pelo desmatamento dos 560 hectares de manguezal e a consequente devastação da biodiversidade existente nele; em segundo lugar, constata-se a presença de diferentes agentes poluentes, que se dejetam no estuário; e, por último, pela hostilidade da segurança privada que não lhes permite pescar nem encostar a embarcação nas áreas próximas a fazenda e que agora são bens privados. Os pescadores falam que, atualmente, a empresa faliu, depois de vários anos de funcionamento, por problemas de doenças do camarão (a mancha branca), que o matavam, baixando, assim, a produtividade dos viveiros. Nunca é demais destacar que a espécie de camarão utilizada no cultivo nos mangues, em todo Nordeste, e que se propagou como a mais eficiente foi a *Litopenaeus vannamei*, de origem asiática. Portanto, uma espécie exótica. Seu mono cultivo foi fundamental para a propagação da doença, que se tornou, também, um fenômeno geral nos cultivos de camarão no Nordeste brasileiro. Os representantes da empresa dizem que a fazenda está com a produção interrompida, encontrando-se em manutenção, mas afirmaram que o funcionamento normal da mesma se retomaria num futuro próximo.

A instalação da fazenda, na constituição da sua territorialidade aquícola, que se impôs a dos pescadores locais, contou direta e indiretamente com apoio público, seja da CPRH e IBAMA quando fizeram vistas grossas a sua instalação sem relatório de impacto ambiental, por exemplo, seja financeiro por parte do Governo Federal para sua criação. Além desses apoios, o próprio ICMbio, quando criou a Resex Acaú-Goiana, em 2007, não desapropriou a área da fazenda de camarão, fato que deveria ter ocorrido, visto que a

mesma encontra-se no centro de uma Unidade de Conservação Ambiental, como mostra a imagem, o que é paradoxal e, ao mesmo tempo, é algo revelador da força do setor sobre a própria legislação ambiental, o Estado e as demandas dos pescadores locais, que pediram ao ICMBio para que a mencionada desapropriação acontecesse.

Segundo um dos pescadores entrevistados uma das comportas que permitem a entrada e saída de água da fazenda serve para pegar água do rio e também para dar saída da água que já “não presta” para o camarão. Outro fato relevante deve ser destacado. Por exemplo, perguntamos também aos pescadores acerca das principais políticas do MPA, e da sua relação com a pesca, e as respostas que obtivemos manifestavam uma total desconfiança destes com o MPA e da SFPA – PE. Essa desconfiança se manifesta nos relatos dos pescadores no sentido deles entenderem que o MPA não representa efetivamente seus interesses, de forma que os mesmos não consideravam estas instituições como dirigidas a eles e à pesca artesanal, de forma geral. Os seguintes depoimentos são um exemplo do que tratamos de explicar:

Pescador 1: “O MPA não faz nada pra gente, só faz botar dificuldades na vida da gente”

Pescador 2: “O MPA não é um ministério para nós pescador artesanal, é um ministério pra aquicultura”

Pescador 4: “O governo vem comparando a gente direto com a aquicultor, isso aí é um absurdo”. Veio um curso do chapéu de palha aqui para a gente de aquicultura, e eu disse pro rapaz: esse curso ai, a gente é contra, a gente não faz aquicultura não, a gente vai criar tilápia não, vai criar tilápia aonde? “A gente vem protegendo o mangue, ai agora vamo desmatar pra fazer tanque de tilápia, não, a gente quer um peixe natural, a gente não quer um peixe cheio de veneno, isso tudo ai é propaganda do MPA é tudo propaganda acima da aquicultura.”

Tais relatos corroboram com a hipótese que mantemos ao longo do texto, de que a política do MPA não visa o interesse comum do setor pesqueiro artesanal no país, especialmente para os homens e mulheres que vivem da pesca artesanal. Nesse sentido, o Estado não considera suas peculiaridades e problemas, distanciando-se, radicalmente, desses objetivos que são colocados no plano discursivo das políticas (participação popular, democracia, sustentabilidade, etc.). Vemos, pelos relatos dos pescadores, que a política do MPA é voltada a interesses empresariais, os quais pouco tem a ver com a melhora das condições de vida dos pescadores e pescadoras artesanais, ou com a criação de condições que permitam a reprodução da pesca artesanal em bases justas em termos econômicos e sociais. Ao contrário, na prática estas instituições colocam a pesca artesanal num lugar secundário, como se esta estivesse relegada ao fracasso, como se estivesse destinada a desaparecer. Parece que o único caminho que vislumbra as estreitas lentes do MPA é a transformação dos pescadores em aquicultores, de forma que se estes não formarem parte ou contribuïrem de alguma forma na carreira aquícola, o que

lhes restará é a desapareição.

Contudo, os pescadores (as) continuam saindo a pescar, e mesmo que já não possam utilizar mais as áreas ocupadas pelas fazendas de camarão, desenvolvem estratégias que lhes permitem reproduzir sua vida dentro do universo do possível. Assim, buscam outras áreas de pesca, em lugares que ainda lhes é permitido praticar sua arte, e encostar suas embarcações sem medo de ser ameaçados pela segurança privada das fazendas aquícola. Os pescadores (as) não são sujeitos frágeis, não são pessoas extremamente vulneráveis a situações de fortes mudanças desfavoráveis. Ao contrário disso, eles têm grande e histórica capacidade de adaptação, sendo mestres da arte de pescar e da arte da sobrevivência, pois, assim como acontece nas águas, sabem bem que não dá para pescar em dias de tormenta, de maré barrenta. Por isso, esperam ou agem com a calma e reinvenção, com base em suas experiências para decifrar o dia e a hora certa para sair para a maré e ter uma boa pescaria, que lhes permita tirar seu sustento, e levar o peixe “na própria mesa e na dos outros”.

Os pescadores e a aquícultura no sertão do São Francisco, a comunidade de Caraíba Seca

Caraíba Seca, também conhecida como Ilha dos Pescadores, é uma pequena comunidade de pescadores localizada no município de Petrolândia, Sertão de Pernambuco. O presente município passou por profundas transformações, a partir da década de 1980 com a inundação da antiga cidade Petrolândia, para a construção da usina hidroelétrica de Itaparica. Isto obrigou a CHESF a realocar a maior parte dos moradores da antiga Petrolândia, ao que hoje é a cidade Nova Petrolândia. Alguns moradores da antiga Petrolândia foram relocados para áreas cedidas pela CHESF, criando-se alguns pequenos povoados a poucos quilômetros da cidade de Petrolândia. Um destes lugares é Caraíba Seca ou Ilha dos Pescadores, que se situa na mesma margem das águas do reservatório. Os pescadores (as) deste povoado estão associados à colônia dos pescadores José Alexandre Melo, Z – 23. Uma estrada de chão é a principal via de acesso a Ilha dos Pescadores, que se encontra ao final da mesma. Segundo os pescadores entrevistados com muita frequência, lugares que eram de acesso público e utilizados também para o pasto, estão sendo loteados, cercados e privatizados por moradores de outros lugares, que construíram residências que utilizam apenas durante as férias. Também existem empreendimentos agrícolas, que escolhem as áreas cercanas ao reservatório pela proximidade de ter água para o regadio.

Os principais peixes capturados na região são o tucunaré, a pirambeba, a piranha, a pescada e a tilápia, e também o camarão. De acordo com os depoimentos dos

pescadores antes da barragem da usina tinha muita mais variedade de pescados como o surubim, o dourado e o pirá, os quais atualmente “não tem mais”. O peixe que predomina, hoje, na região é a tilápia, isto se deve a aquicultura em tanque-rede promovida pelo MPA. Essa criação é voltada à produção deste peixe. Em relação aos principais impactos da aquicultura nas comunidades pesqueiras, o relato do seguinte pescador resulta esclarecedor:

Pescador 5: O que mais nos afeta são as cercas das águas, temos que refazer os acessos e as rotas de pesca todinhas por que não nos deixam nem encostar nem ficar perto das gaiolas. Tão com seguranças direto lá, nos cortaram as passagem todinha.

Pescadora 7: Também temos problemas com donos de terra que cercam todinho os acesso para nós pescar, colocam cerca nas áreas de pesca, e nem a Marinha, nem o IBAMA, nem o MPA protegem a gente nem protegem as áreas de pesca.

Vemos que a privatização das águas para fins de aquicultura, advinda da implementação de parques e áreas aquícolas, se concretiza na comunidade, limitando os acessos ao reservatório e ocupando as áreas que eram efetivamente utilizadas pelos pescadores e pescadoras nas suas pescarias anteriormente enquanto um bem comum. Segundo o Pescador 6: “As gaiolas tão no meio de lugares que a gente passava e pescava”. Os tanques-rede, dos empreendimentos de aquicultura, situam-se em áreas próximas às margens do reservatório vigiadas constantemente por segurança privada. Dessa forma, os pescadores se vêm obrigados a mudar suas rotas para passar longe das áreas controladas pelos empreendimentos, o que os leva a precisar de mais tempo e combustível para realizar suas pescarias. A empresa de aquicultura Netuno, que é uma gigante do setor aquícola e uma das principais controladas do mercado de pescados em Pernambuco. Tem sido uma das principais beneficiárias de recursos públicos federais e uma das mais estratégicas parceiras do MPA em Pernambuco na difusão da aquícola, com atuação marcante no sertão enquanto sujeito hegemônico no cultivo da tilápia. Além dos evidentes impactos materiais da aquicultura sobre o meio físico, onde é praticada a pesca, existe, por outro lado, um processo de cooptação promovido pelo MPA e outras instituições com interesses na aquicultura, como a SPU, o Banco do Nordeste e instituições de fomento locais, que pretendem incentivar a transformação destes pescadores em aquicultores. Segundo a Pescadora 7: “Fazem todo para nos convencer de passar à aquicultura, dizem que os projetos são melhores que para a pesca e que é mais fácil ter crédito”. Contudo, a efetividade desta ideologia empresarial entre os pescadores e pescadoras artesanais parece ter importantes limitações, seja pelas suas experiências de vida, seja pela capacidade destes para observar o meio no qual

trabalham e, portanto, para observar os resultados dos numerosos tanques-rede que rodeiam o reservatório; ou seja, pela valorização e orgulho que estes têm sobre seu trabalho. Sobre isto é interessante o depoimento dos seguintes pescadores:

Pescador 5: Tem pouco pescador que se passe para a aquicultura, a gente não gosta de criar peixe e ir botar ração, a gente gosta é de pescar, eu mesmo só conheço três pescadores que trabalham com aquicultura, mais ainda assim ainda pescam pescar é bom demais. E digo mais esses ai que criam tilápia nem come a tilápia, prefere todinho o peixe que se cria sozinho, o gosto é muito melhor, nem se compara.

Pescador 6: Nós não queremos nem saber de aquicultura, isso ai é ruim demais, polui a água demais, é muita ração e muito remédio que eles botam pras doença que pega a Tilápia no tanque, tilápia fora do tanque não pega doença assim não. Teve produtores de tilápia aqui, que tiravam as tilápia do tanque na hora da despesca e oxe, caia o coró direto, criam elas toda junta, um monte de tilápia junta, ai pega doença direto.

Pescadora 7: A aquicultura não é pra nós não, aquicultura só rende para quem tem dinheiro, rende para quem tem dinheiro pra paga pros outro criar o peixe dele, e depois eles nem comem porque essa Tilápia não presta, não tem o gosto do peixe nosso, tem gosto de ração, tem gosto de remédio.

Vemos que os principais motivos que fazem com que os pescadores rejeitem abertamente a aquicultura estão relacionados basicamente com a forma de produção que supõe a aquicultura de Tilápia em tanques-rede, para a qual é necessário um tempo e uma forma de trabalho completamente diferente ao da pesca artesanal. A aquicultura requer a compra de ração e outros insumos fitossanitários, o que significa um forte investimento, assim como uma grande dependência dos fornecedores de insumos, levando a um tipo de controle da produção desse pescado por parte da Netuno indiretamente, ou seja, a empresa não produz diretamente o pescado, mas subordina aqueles que o fazem dentro da dinâmica mais ampla de produção e comercialização, transformando o peixe tilápia em mera mercadoria. Tudo isso mostra, ao mesmo tempo, que há uma divisão do trabalho na própria aquicultura, isto é, no litoral, há as fazendas de camarão com suas grandes unidades produtivas, em maior medida, e, no sertão, os tanques-rede do peixe tilápia que são cultivados também por pequenos produtores subordinados à cadeia produtiva e/ou comercial comandada por uma única empresa.

Outros fatores, que parecem não convencer de forma alguma, são os relativos aos produtos do trabalho. Os pescadores comentam, em vários momentos, aspectos relacionados com o gosto do peixe, os problemas de doenças e outras questões que lhes fazem rejeitar a aquicultura, ao mesmo tempo em que valorizam e colocam como melhores os produtos do seu trabalho frente aos da aquicultura. Então, deve-se entender os pontos dos desencontros entre a aquicultura empresarial e os pescadores. Outra questão importante nessa oposição e resistência dos pescadores artesanais à aquicultura

tem a ver com elementos já mencionados anteriormente, que estes valorizam enormemente como é a liberdade do trabalho pesqueiro e suas possibilidades para continuar na pesca. Segundo o Pescador 5: “Na pesca a pessoa vai quando quer e retorna quando termina a pescaria, a gente consegue tirar o sustento, em dois ou três dias de uma boa pescaria a gente tira mil reais, o melhor é botar a rede e ver a rede cheia”. Os pescadores parecem ser otimistas com respeito a sua continuidade na pesca e a continuidade da pesca artesanal de forma geral. Segundo o Pescador 7: “A pesca nunca vai acabar, só pode ficar mais difícil”. Outro afirma: “a pesca pode até acabar, se a aquicultura crescer mais ainda e enche tudinho de gaiolas ai não vai dar pra nós pescar não (Pescador 6)”.

A partir destes depoimentos, podemos concluir que existem conflitos socioambientais advindos fortes impactos dos empreendimentos de aquicultura sobre os meios de produção da pesca artesanal, água e peixes. Também sobre os acessos às águas do reservatório, sobre os acessos as diferentes áreas de pesca e por tanto sobre as rotas utilizadas nas pescarias. Contudo, os efeitos da ideologia aquícola contida na proposta do MPA, parecem não causarem muito efeito sobre os pescadores e pescadoras artesanais, no sentido de convencê-los a passarem a produção aquícola. Segundo os pescadores (as) entrevistados a maioria das pessoas que passam a trabalhar na aquicultura são agricultores e não pescadores. Dessa forma, mais uma vez, os pescadores e pescadoras parecem ter claro que, enquanto tiver peixes e possibilidades materiais de pescar, continuarão exercendo a pesca.

Das resistências cotidianas a organização coletiva, o papel dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras Pernambucanos frente a expansão aquícola

Frente a ameaça que supõe a expansão da aquicultura às condições de reprodução social da pesca artesanal, as lutas pessoais e coletivas dos pescadores e pescadoras têm se convertido num empecilho a esse processo totalizador, que pretende privatizar as águas, o principal meio de produção da pesca. Parece-nos que a principal luta e resistência, nada passiva, é o fato destes rejeitarem a aquicultura promovida veementemente pelo MPA, saindo para a maré e praticando no dia a dia a arte de pescar, apesar das dificuldades. Por outro lado, essas lutas, essas formas de resistência ativa, manifestam-se nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras, os quais têm incorporado, nas suas pautas políticas, a defesa dos territórios pesqueiros em relação à expansão da aquicultura e outras formas de expansão capitalista, nos seus lugares de reprodução da vida. Um exemplo da atividade e da capacidade organizativa desses movimentos se deu durante uma das conferências promovidas pela então SEAP – PR,

ocorrida em setembro de 2009. Os movimentos sociais ligados à pesca artesanal organizaram uma conferência, a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, para manifestar seu descontentamento para com as conferências promovidas pela SEAP- PR, já que identificaram que estas eram principalmente voltadas a debates em torno dos interesses da pesca industrial e da aquicultura, e que não representavam um espaço democrático efetivo para a pesca artesanal.

O principal movimento social dos pescadores em Pernambuco é articulado pelo CPP. As ações deste conselho, formado majoritariamente por pescadores e pescadoras, estão voltadas a organização e formação política, assim como à defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca. O trabalho do CPP se iniciou em Pernambuco, concretamente em Olinda no ano de 1968, por Frei Alfredo Schnuettgen, tendo inicialmente como principal objetivo que as Colônias de Pescadores deixassem de ser extensões da Marinha Militar ou de outras instituições do governo nas comunidades pesqueiras. Estas se encontravam comandadas por representantes colocados, primeiro pela Marinha Militar e depois pela SUDEPE, que, em muitos casos, não eram pescadores. O trabalho da CPP junto com as comunidades de pescadores teve sua recompensa, conseguindo que, no final dos anos 1970 e início dos anos 80, várias colônias tivessem por primeira vez pescadora como dirigentes, de forma que, a partir do trabalho com lideranças comprometidas, se criou condições para continuar lutando contra as relações de poder impostas pelo Estado (RAMALHO, 2013, pág. 156). As sementes plantadas pela CPP, durante décadas de lutas, têm dado e continuam dando frutos até hoje. Numerosos pescadores (as) têm tido a oportunidade de participar em processos coletivos de formação política. Tal trabalho de formação política que a CPP realiza junto com os pescadores têm sido de grande ajuda na hora de conhecer, defender e demandar de forma coletiva os direitos da categoria, assim como de exigir dos seus representantes honestidade, dedicação e autonomia.

Atualmente a luta contra a expansão aquícola tem sido incorporada como pauta política nas ações do CPP, articulando-se com outros movimentos, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil, a Rede Mangue Mar, a Articulação Nacional das Pescadoras, para defender os territórios pesqueiros. Uma das alternativas possíveis para a defesa destes territórios, identificada pelos movimentos, são as Reservas Extrativistas - Resex e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS, que, embora representem uma possibilidade de defesa e de afirmação das comunidades de pescadores artesanais, na prática se encontram expostas a força da expansão da aquicultura promovida pelo MPA, inclusive dentro das próprias Resex. Segundo Ramalho (2013, pág. 178)

Recentemente o MPA, através de sua coordenadoria geral de maricultura, junto com uma organização não governamental canadense chamada World FisheriesTrust promoveram o I Seminário Internacional Biologia, Cultivo e Manejo de Moluscos de Areia, que ocorreu de 18 a 20 de março de 2009 no município de Paulista – PE, como parte das atividades do projeto Gente da Maré. Com esse evento, buscou-se iniciar a difusão da prática do cultivo de moluscos também em algumas UCs (a exemplo da RDS Ponta do Tubarão, RN, e a ResexAcaú-Goiana, PB e PE, que ainda não criaram seus planos de manejo), por meio de forte apoio técnico e financeiro, sem que as comunidades locais tivessem demandado essa atividade. Vale dizer que isso responde mais as metas de expansão estipuladas por sujeitos sociais externos às comunidades, do que aos desejos dos pescadores e das marisqueiras. Além disso, há outro agravante. A produção das sementes, dos viveres, para o cultivo dos moluscos será feita por uma empresa privada, a Larvi, fato que, se tivesse sido consolidado, produziria um forte grau de dependência da comunidade a tal empreendimento particular.

Contudo a luta pelos territórios pesqueiros, não se resume a luta pela implantação das Resex, sendo esta uma possibilidade a mais dentro das pautas políticas dos movimentos dos pescadores e pescadoras. Atualmente a pauta mais ampla do movimento se concretiza na Campanha Nacional pela Regularização do Território Pesqueiro, que visa reunir as assinaturas necessárias (quase 1,5 milhões), para realizar uma proposta ao Governo Federal de projeto de lei de iniciativa popular, que garanta o direito ao território das comunidades tradicionais pesqueiras. Esta garantia é a base mais firme sobre a qual se pode estruturar a defesa da pesca artesanal ante a expansão aquícola e outras formas diversas de expansão do capitalismo. Dessa forma e a partir da base, supõem-se a garantia dos territórios pesqueiros, se poderiam iniciar outras frentes de luta, de resistência e de justiça social nas comunidades pesqueiras com vistas à extensão dos seus direitos.

Sem a garantia do território, a construção de qualquer alternativa ficaria enormemente mais limitada. A territorialidade da pesca artesanal caracteriza-se por pelo uso comum dos espaços onde se reproduz o modo de vida pesqueiro. Os movimentos sociais dos pescadores e pescadoras como a CPP, e o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP cientes da importância destes lugares sem os que a pesca não poderia existir propõem a defesa dos territórios pesqueiros como defesa frente aos impactos advindos, das diferentes formas de expansão capitalista e em especial frente aos impactos advindos da aquicultura empresarial. A territorialidade pesqueira sustentada no uso comum das águas e do chão no que se assentam as caiçaras. A territorialidade da

aquicultura empresarial promovida pelo MPA, é a territorialidade do capital que coloca as águas como lugares à venda, susceptíveis de uso e apropriação privada, esta é a territorialidade das cercas nas águas, das grandes barragens e do Hidronegócio.

Considerações finais

Os impactos da aquicultura intensiva vem manifestando-se desde os anos noventa, a partir da devastação dos manguezais, a perda de biodiversidade e a apropriação privada de espaços de uso comum. Alguns dos principais impactos destas grandes fazendas de carcinicultura foram evidenciados pelos entrevistados das comunidades de Baldo do Rio e Carne de Vaca, que sofrem seus efeitos desde há décadas. Por outro lado, os impactos das novas formas de aquicultura, e concretamente da aquicultura em tanque-rede, foram relatados pelos pescadores (as) de Caraíba Seca, no sertão de Pernambuco. A privatização das águas, e dos lugares de pesca, as cercas que impedem ou dificultam as rotas de pesca, a segurança privada que ameaça e maltrata, a poluição advinda do uso intensivo de fitossanitários e perda da biodiversidade, tem sido elementos constantes nas falas dos pescadores (as) entrevistados. Concluímos que a expansão da aquicultura empresarial tem impactado nas comunidades estudadas gerado conflitos socioambientais que refletem em boa medida o plano estratégico do MPA, este significa a promoção de um modo produção empresarial que antagoniza com o modo de produção da pesca artesanal. Isto supõe a nível político-institucional uma aliança e um compromisso do MPA para com um setor da classe empresarial, que faz que as ações deste ministério se distanciem radicalmente de um projeto político democrático e popular. Sendo na prática um projeto de uma fração da classe empresarial, representada pelo setor aquícola.

Embora nesta pesquisa tenhamos nos centrado conflitos socioambientais advindos de processos de expansão capitalista. Não podemos esquecer nem desconsiderar que a expansão deste setor se encontra isolada nem desconexa da totalidade social, e muito menos de outras políticas de desenvolvimento, e outros processos e formas de expansão capitalista que vem acontecendo intensamente nas últimas décadas. Consideramos que a prática da pesca artesanal neste estado não depende exclusivamente das políticas concretas para pesca e aquicultura, senão que depende do modelo de sociedade vigente, e do modelo de desenvolvimento que rege a mesma. Com isto queremos dizer que a subordinação da pesca artesanal é inerente a um modelo de sociedade capitalista que logicamente promove dinâmicas socioeconômicas que alimentem este modelo. Estas dinâmicas totalizadoras se manifestam, tanto, no caso concreto da expansão aquícola capitalista promovida pelas ações políticas do MPA, quanto em outras políticas e projetos

de expansão capitalista que visam converter os espaços onde é praticada a pesca de forma comunitária em espaços privados, estratégicos para a acumulação capitalista. Não podemos esquecer que dinâmica capitalista que caracteriza a política pesqueira visa transformar os espaços de reprodução da vida dos pescadores e pescadoras artesanais em espaços para acumulação capitalista, colocando o imperativo do crescimento econômico como pensamento único e como elemento orientador dos rumos da sociedade. Este modelo onde prima à acumulação obtém o substrato social necessário para se impor como a partir da necessária colaboração de uma classe dirigente, que por sua vez ontem substanciosos lucros.

No caso concreto do estado de Pernambuco, podemos ver um exemplo destas dinâmicas que primam no modelo societário capitalista, já que uma fração de classe do setor empresarial, com grande influência política sobre o governo do Estado tem conseguido paralisar, a implementação de Reservas Extrativistas, demandadas insistentemente pelos movimentos sociais dos pescadores e pescadoras. Resulta interessante ver estas interfaces entre o poder político e econômico, pelas quais determinados lugares não são passíveis de interferências que obstaculizem os dictámenes advindos de projetos empresariais promovidos pelo poder público. De forma que as RESEX por permitirem uma maior interferência dos pescadores nos processos de decisão que afetam a suas comunidades e a seus espaços de reprodução da vida, tem sido objeto de completa desatenção por parte do governo do Estado. Estas demandas são consideradas como um empecilho aos rumos e aventuras propostas pelas classes dirigentes.

Referências bibliográficas

ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

AZEVEDO, Natalia Tavares; PIERRI, Naína. **A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal**. Disponível em: < <http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-no-Brasil.pdf>>. Acessado em 01/2014.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Cessão das águas da União**. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/aquiculturampa/aguas-da-uniao/parques-aquicolas/cessao-de-areas>>. Acesso em agosto 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei n 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 29 de junho de 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em Janeiro 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas – DBFLO. Coordenação Geral de Autorização de Uso e Gestão da Fauna e Recursos Pesqueiros-CGFAP. **Estatística da Pesca 2007**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2007_boletim07_brasil.pdf>. Acesso em outubro, 2016.

BRASIL. **Territórios da Cidadania, Mata Sul de Pernambuco**. Disponível em: < http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/matassulpe/one-community?page_num=0>. Acesso em junho, 2016.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira**. I Conferencia da Pesca Artesanal no Brasil. Brasília 28-30, setembro 2009

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale Do São Francisco**. Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. INPSO-FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais - Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Brasil/dipes-fundaj/20121130125124/salete.pdf>>. Acesso em outubro, 2016.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Frutas para o capital** Estud. av. vol.11 no.29 São Paulo Jan./Apr. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100005. Acesso em janeiro, 2016.

DIEGUES. Antônio Carlos. **A Sócio- Antropologia das Comunidades de Pescadores**

Marítimos no Brasil. Revista Etnográfica, Vol. III (2), 1999. (pp. 361-375).

_____. **Populações Tradicionais em Unidades de Conservação: o Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo, NUPAUB-USP, 1993.

----- **Formas de Organização da Produção Pesqueira no Brasil: alguns aspectos metodológicos.** Publicado originalmente em Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar, Ática 1983. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nuapaub.fflch.usp.br/files/color/prodpesqueria.pdf>>. Acesso em agosto, 2016.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume, 2ª edição, 1994.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo, Boitempo, 2002.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola.** 2012. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewFile/1740/1156>>. Acesso em julho, 2016.

_____. **Trabalho Classe e Ideologia: o caso da aquicultura no Estado de Pernambuco** Brasil. Encontro Latinoamericano de Sociologia. Acta científica. Chile, 2013. Disponível em: <http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_Wellington_Ramalhinho.pdf>

WOOD, Ellen. **Estado democracia e globalização.** In_BORON, A.A, AMADEO, J. GONZALEZ, S. A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão popular, 2006.